

ESPAÇO PÚBLICO COMO EXPRESSÃO DA LIBERDADE: O ADVENTO DO SOCIAL E O DECLÍNIO DA POLÍTICA

Mayara Mara Teixeira Rodrigues¹; Ricardo George de Araújo Silva²; Nayane Nara
Rodrigues Caetano³; Francisco Fábio Barros Parente⁴

¹Mestrado Acadêmico em Filosofia, CENFLE, UVA; E-mail: mayaramara.adv@gmail.com,

²Docente/pesquisador, CENFLE, UVA; E-mail: ricardogeo11@yahoo.com.br,

³Mestrado Acadêmico em Filosofia, CENFLE, UVA; E-mail:nayanerodrigues.adv@hotmail.com,

⁴Mestrado Acadêmico em Filosofia, CENFLE, UVA; E-mail: barrosparente@bol.com.br.

Resumo: O presente texto propõe-se a refletir, no rastro de Arendt, sobre o espaço público como expressão da liberdade e o declínio da política, na modernidade, diante do advento do social. Para tanto, discutiremos a fronteira entre o público e o privado e a ascensão do social. Pressupõe-se que, a partir disso, podemos observar o declínio da política na era moderna e a sua transformação em biopolítica. Para a metodologia, realizamos uma exegese filosófica das obras referencias, especialmente a obra *A Condição Humana* (1958), de Hannah Arendt.

Palavras-chave: Espaço público. Advento do Social. Biopolítica. Declínio da política.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO

A era moderna, sob a luz de Arendt, representa um período de obscurecimento da política diante das implicações do advento do social, à medida em que as fronteiras entre o público e o privado tornaram-se indistintas e a vida e as necessidades dos indivíduos invadiram o espaço público, fomentando uma administração da vida, isto é, de uma biopolítica.

Hannah Arendt, embora não tenha utilizado o sintagma “biopolítica” em seus estudos, desvelou um cenário de declínio da política e de sua redução à administração da vida. A sua perspicácia ressoa até mesmo nos tempos hodiernos e as suas reflexões permanecem atuais e necessárias para analisarmos a nossa sociedade e as expressões de dominação do nosso tempo.

Isto posto, conduziremos esse estudo com o objetivo de analisarmos o espaço público como expressão da liberdade e o declínio da política diante do advento do social, explicitando a emergência de uma administração da vida em detrimento da política, da liberdade.

MATERIAL E MÉTODOS

Adotamos, para esse estudo, uma exegese filosófica das obras referenciais, especialmente a obras arendtiana, *A Condição Humana* (1958), além de textos de alguns de seus comentadores, de modo a promovermos uma reflexão sobre o espaço público como expressão da liberdade e o declínio da política com o advento do social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em sua obra *Entre o Passado e o Futuro* (1961), especificamente em seu texto intitulado “Que é Liberdade?”, Arendt reflete mais atentamente acerca da liberdade, ocasião em que conduz o leitor a pensá-la como a *raison d’être* da política. Estas duas categorias nos remetem à figura do espaço público, visto que os indivíduos experimentam a liberdade neste espaço, o que se dá através da ação e do discurso, ou seja, ao atuarem politicamente. Nessa



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

medida, o espaço público expressa a liberdade, de sorte que “a constituição da liberdade só pode acontecer onde for possível esta aparecer. Portanto, o espaço público é o palco da liberdade” (ARAÚJO SILVA, 2010, p. 99).

Para Arendt, a liberdade política somente é alcançada através da ação conjunta dos atores com os seus iguais, ocasião em que aparecem uns ao outros no espaço público e revelam o seu quem único e distinto. Esse espaço público, portanto, emerge como expressão da liberdade, diz respeito a um espaço de deliberação, de consonância e desacordo de ideias, de sorte que ao sermos vistos e ouvidos não necessariamente temos de concordar uns com os outros, todavia é indispensável a publicidade de nossos feitos e palavras, na medida em que a ação política não é exercida na solidão ou na privacidade do lar, mas no desconforto de agir em conjunto no âmbito público.

Em sua obra *A Condição Humana* (1958), Arendt chama a atenção do leitor para a distinção entre as esferas pública e privada, respectivamente pertencentes à política e ao lar. Evidencia a autora que tal separação deu-se desde o aparecimento da antiga cidade-estado, todavia, a delimitação dessa distinção fora obscurecida na era moderna, a partir da concepção de sociedade. Os gregos delimitavam o que cabia à *pólis* e à esfera do lar (*oikia*), isto é, o que deveria ser exposto e o que deveria se manter na privacidade. Para os gregos, o âmbito do lar (*oikia*) era o espaço no qual imperava a necessidade, de sorte que os homens se uniam pela inclinação de suprirem as suas carências e garantirem a sua sobrevivência. Por sua vez, a liberdade era própria da esfera política, era alcançada somente na *pólis*.

Para Arendt, as categorias da liberdade e da necessidade são pertinentes à âmbitos distintos, respectivamente à esfera pública e à esfera privada. Nessa medida, devem permanecer no lar as questões pertinentes às necessidades vitais dos indivíduos, isto é, aquilo que não é de relevância para o espaço público deve ser mantido na esfera privada. Isto porque o âmbito da liberdade é o espaço público, o qual deve ocupar-se de manter em evidência os assuntos humanos, as questões atinentes ao bem comum.

Assim, o espaço público é o âmbito do comum, não diz respeito aos interesses dos atores em sua individualidade, no que tange às necessidades, mas sim na coletividade. Essa delimitação das esferas pública e privada, ou seja, daquilo que deve aparecer e o que deve ser ocultado, no rastro de Arendt, é demasiado importante. Isto porque, a imbricação dessas esferas e, por conseguinte, a confusão entre a liberdade e a necessidade, obscurece a noção de política à medida em que a considera não mais um espaço que atende os assuntos humanos, mas sim às necessidades humanas, o que põe em xeque a realidade dos homens e do próprio mundo. Nesse sentido, assevera Arendt (2020, p. 101) que,

A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos; e, embora a intimidade de uma vida privada plenamente desenvolvida, tal como jamais se conheceu antes do surgimento da era moderna e do concomitante declínio do domínio público, sempre intensificará e enriquecerá grandemente toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, essa intensificação sempre ocorre à custa da garantia da realidade do mundo e dos homens.

Desse modo, a indistinção de tais esferas dar-se às custas da política como meio para se alcançar a liberdade, e também do mundo comum. Afinal, o mundo comum é o *espaço-entre* compreendido como aquilo que compartilhamos não apenas com aqueles que estão vivos ao nosso tempo, mas com aqueles que já existiram e que ainda existirão, ao passo que é preexistente ao momento que adentramos o mundo ao nascer, devendo transcender a nossa permanência, porém “[...] só pode sobreviver ao vir e ir das gerações na medida em que aparece em público” (ARENDRT, 2020, p. 105). Logo, o mundo comum se constitui a partir do



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

convívio entre os indivíduos, do aparecimento em público e, portanto, necessita da pluralidade, não havendo o que se falar em mundo comum se estivermos diante da vida meramente privada no qual o indivíduo encontra-se imerso somente em suas necessidades vitais e desinteressado pelo bem comum.

Em suas reflexões sobre a modernidade, Arendt evidencia que a delimitação do espaço privado e do espaço público se encontra cada vez mais diluída e, com isso, cada vez mais indistinta. Segundo a autora, a invasão dos assuntos privados ao espaço público e vice-versa levou ao advento do social, o qual trata-se de uma esfera híbrida que “[...] retirou da esfera política a dimensão de publicidade e da esfera privada a ocupação com a esfera das necessidades. Com a ascensão do social, as atividades executadas privadamente passaram a ter importância pública e o que era típico do público passou a ser um luxo” (AGUIAR, 2004, p. 10).

O social é uma questão a ser cuidadosamente analisada no vocabulário arendtiano, pois é alvo de diversas controvérsias. Diante disso, salientamos que nos ateremos à ideia de social concebida por Arendt em sua obra *A Condição Humana* (1958). Na referida obra, a autora nos chama a atenção ao fato de que a indistinção entre as esferas público e privada, a qual resultou no advento do social, é um fenômeno moderno pelo qual as questões pertinentes à vida e às necessidades vitais elevaram-se ao patamar da política. Nas palavras de Arendt (2020, p. 88):

No mundo moderno, os domínios do social e político diferem muito menos entre si. [...] com a ascendência da sociedade, isto é, do ‘lar’ (*oikia*) ou das atividades econômicas ao domínio público, a administração doméstica e todas as questões pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em preocupação ‘coletiva’.

Seguindo o rastro de Arendt, podemos observar que a ascensão do social tornou a política subserviente da necessidade, na medida em que o espaço público é invadido pelas questões atinentes aos indivíduos na esfera privada, no lar (*oikia*). Para a autora, “a sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da vida, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual se permite que as atividades relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público” (ARENDR, 2020, p. 98). Todavia, onde aparece em público apenas o anseio em suprir o processo biológico; onde impera a necessidade em detrimento da liberdade; onde não há espaço para os indivíduos revelarem o seu *quem* e compartilharem um mundo comum; onde não há espaço para a ação, mas apenas o comportamento; não há espaço para a política, mas somente para a vida administrada.

Assim, quando estamos diante da ascensão do social e, por conseguinte, da supremacia da necessidade em detrimento da liberdade, a ação política é reduzida à administração. A sociedade é um espaço híbrido novo que conjuga, de um lado, a administração da vida humana como mera vida natural e, de outro, a negação da ação política. A sociedade é o espaço criado para administrar a vida humana segundo a sua natureza. O que chamamos de sociedade é o símbolo de uma grande família em que se congregam todas as necessidades que devem ser administradas. O princípio que rege a sociedade moderna é a satisfação de necessidades vitais, ou seja, a reprodução da *zoe*, segundo a *oikos* antiga. É essencialmente uma sociedade de produção e consumo. Logo, o social “[...] significa o fim da liberdade para agir, começar algo novo, fundar comunidades, e o cerceamento da dimensão espiritual, da capacidade de descondiçãoamento inerente ao exercício da faculdade de pensar” (AGUIAR, 2004, p. 13). Isto porque, a política torna-se subserviente da necessidade, é reduzida à administração da vida e, com isso, não há espaço para a ação como expressão da liberdade, mas sim para a normatização do comportamento e o controle de condutas dos indivíduos.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

CONSIDERAÇÕES FINAIS ou CONCLUSÃO

Portanto, essa administração da vida emerge em detrimento da política e da liberdade, de sorte que os indivíduos estão imersos em sua individualidade e, preocupados apenas com a constante nutrição das suas necessidades vitais, o que os tornam alvos adequados à implementação de técnicas biopolíticas de condução e controle de condutas, o que leva ao obscurecimento da política como *estar-entre*, como ação a ser realizada em um espaço público, onde emerge o respeito à pluralidade e a busca pelo bem comum. Diante desse cenário, a liberdade política não é alcançada, vez que os indivíduos se encontram alheios ao espaço público, voltados ao seu interesse em nutrir os seus processos vitais, “e ainda que seja verdade que a liberdade chega apenas para aqueles, cujas necessidades foram atendidas, também é verdade que ela foge daqueles que se dedicam para viver os seus desejos” (ARENDDT, 2011, p. 186).

A partir disso, podemos observar quão válida é a preocupação de Arendt em preservarmos o espaço público, afinal é nele que alcançamos a liberdade, onde nos revelamos uns aos outros e garantimos a nossa realidade e do mundo ao nosso redor. É esse espaço e, conseqüentemente, a política e a liberdade que se encontram em vias de desaparecer diante do social e da primazia do trabalho. Evidencia a autora, o social diluiu essa fronteira entre o público, e o que restou desse cenário foi a administração da vida, a qual encontra-se refletida no obscurecimento da política como meio para a liberdade na medida em que a primeira é reduzida a um meio de prover a vida.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo George de Araújo Silva, por sua condução nesse estudo e na minha dissertação. Agradeço, também, ao grupo de Pesquisa em Filosofia Política, Ética e Educação – GEPEDE/UVA/CNPQ, por todos os ensinamentos e as instigantes discussões. Agradeço, ainda, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por me conceder uma bolsa de estudos que vem me auxiliando a desenvolver pesquisas, contribuindo para o meu conhecimento e para a produção acadêmica em Filosofia.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Odílio Alves. A questão social em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 7-20, 2004.
- ARAÚJO SILVA, Ricardo George de. A dimensão cooriginária entre política e liberdade em Hannah Arendt. **Argumentos**, Fortaleza, ano 2, n. 4, p. 97-105, 2010.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denisse Botmman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.